A extensão no campo da Educação em Direitos Humanos e do Acesso á Justiça

Área temática

Direitos Humanos e Justiça e Educação

Responsável pelo trabalho

Miriam Krenzinger A guindani

Instituição

Núcleo Interdisciplinar de Ações para a Cidadania (NIAC), da Pró-Reitoria de Extensão (PR-5) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Autores

Miriam Krenzinger A Guindani[1]

Fernanda Carneiro Soares[2]

Ana Beatriz Martins[3]

Fernanda Gervasio Oliveira[4]

Gizele Marques[5]

Marianna Carvalho Sousa[6]

Nivia Katika Mello[7]

Resumo

O presente trabalho visa apresentar os caminhos percorridos pela equipe de Serviço Social para consolidação de um campo de extensão, de estágio e pesquisa e na área da Educação em Direitos Humanos, do Acesso à Justiça junto Programa Núcleo Interdisciplinar de Ações para Cidadania (NIAC), da UFRJ- Universidade Federal do Rio e Janeiro, no período de julho de 2006 a julho 2010.

Palavras-chave: Direitos Humanos, Acesso á Justiça e Educação em Direitos Humanos

---

[1] Professora da Escola de Serviço Social e PPG da Faculdade Nacional de Direito da UFRJ. Bolsista CNPQ 2. Coordenadora de Projetos do NIAC/PR5.
[2] Mestranda em Serviço Social. Bolsista CNPQ. Supervisora Serviço Social NIAC.
[3] Graduanda em Serviço Social NIAC. Bolsista IC/CNPQ
[4] Graduanda em Serviço Social NIAC. Bolsista PIBIC
[5] Graduanda em Serviço Social NIAC. Bolsista PIBIC Bolsista PIBIC
[6] Graduanda em Serviço Social NIAC. Bolsista PIBIC Bolsista PIBEX
[7] Graduanda em Serviço Social NIAC. Bolsista PIBIC Bolsista PIBEX

Introdução

O Programa NIAC foi criado pela Divisão Integração Universidade e Comunidade - DIUC/PR-5, sob a Coordenação da Profa. Miriam Krenzinger A Guindani[8] , em julho de 2006, visando articular quatro áreas/projetos de extensão e pesquisa oriundos das Unidades de Ensino de Arquitetura, de Direito, de Psicologia e de Serviço Social. Surge, portanto, com o propósito de potencializar e infundir sistematicidade à gestão dos múltiplos projetos de extensão que se situam na linha dos Direitos Humanos e do Acesso à Justiça da Pró-Reitoria de Extensão da UFRJ.

Dentre alguns dos objetivos do NIAC destacamos: a) Articular e potencializar redes de acesso à justiça e promoção dos direitos humanos; b) Prestar assessoria interdisciplinar aos movimentos de base, conselhos de direitos e fóruns locais que lutam pela promoção dos direitos da cidadania; c) Prestar apoio psicossocial às vitimas da violência, especialmente às crianças e adolescentes; e) Criar fórum de discussão junto aos operadores sociais visando o fortalecimento dos mecanismos extrajudiciais de resolução dos conflitos e o desenvolvimento de práticas alternativas ao modelo de vitimização e criminalização da pobreza que caracteriza o nosso sistema de justiça social vigente; f) Prestar assessoria a entidades de representação comunitária e a moradores, em projetos de revisão e readequação de espaços de uso coletivo, equipamentos públicos e comunitários, assim como da moradia, visando melhoria da qualidade de vida e da habitação.

Nesses cinco anos[9], fomos desenvolvendo diferentes ações e projetos que, dentre as suas respectivas metodologias e especificidades, ofertavam uma base comum de atividades de ensino, pesquisa e extensão: estudos, publicações[10], assessoria técnica e assistência e orientação sócio-jurídica orientadas para promoção do direito à cidadania, à moradia digna e à defesa jurídica e psicossocial das comunidades vizinhas ao Campus Ilha do Fundão, da UFRJ. Buscamos, também, mobilizar, fortalecer e qualificar o debate junto à rede de profissionais da justiça, da educação e da rede de defesa dos direitos humanos. Além disso, através de cursos, seminários e Fóruns busca criar

[8] A cada ano a coordenação do Programa foi assumida pelas áreas do Serviço Social (Profa. Miriam K. A Guindani,, 2006), Direito (Prof. Marcos Silva,2007), Psicologia (Prof. Pedro Bicalho,2008), Colegiado das 3 áreas (Professores Miriam K A Guindani, Pedro Bicalho e Ivan Garcia,2009), Serviço Social (Profa. Miriam K. A Guindani,2010)

[9] Breve Histórico do Programa extraído do documento: Termo de Cooperação UFRJ – Petrobrás/CENPES – Área de Responsabilidade Social – Plano de Trabalho – Programa de Extensão Ações Integradas de Inclusão Social, abril de 2008.

[10] Cartilha Nossos Direitos de Todos. Guindani, Miriam Krenzinger Azambuja. (org). Rio de Janeiro, 2008.

espaços de discussão sobre os mecanismos institucionais que garantam o acesso às políticas públicas sociais e habitacionais, bem como a redução dos processos de vitimização e criminalização da questão social. A seguir serão apresentadas, de forma breve, as principais atividades do NIAC, sob a coordenação do Serviço Social.

Metodologia

Assessoria técnica e política

Neste ambito de ação destacamos a realização, por parte da equipe do Serviço Social, do Dignóstico de redes e serviços sociais do Bairro Maré, com destaque sobre politicas e prevenção da violênica e acesso à justiça realizado no periodo de 2006 a 2009. Tal pesquisa visava qualificar a oferta das atividades de extensão do NIAC, que passava atender uma variedade de demandas sócio-jurídicas oriundas da população usuária.

Além disso, em 2007 foi criado o Fórum de Criminologia Crítica "Aplicada" que vem fomentando, ao longo da sua trajetória, a criação de um espaço coletivo que favoreça o diálogo plural entre os mais variados setores do Estado e sociedade fluminense em torno da política criminal vigente. Organizado por um conjunto de professores, estudantes e pesquisadores do NIAC- Núcleo Interdisciplinar de Ações para Cidadania- da UFRJ, o Fórum visa, nesse sentido, articular estratégia de enfrentamento das violências institucionalizadas, servindo como espaço aglutinador de movimentos sociais, projetos de formação e políticas de atendimento aos setores mais vulneráveis as violações dos direitos humanos.

Escritório da Cidadania / Balcão de Direitos

Diariamente é realizado atendimento sócio-juridico e psicossocial de natureza interdisciplinar, a população moradora do entorno à Ilha do Fundão, no Escritório da Cidadania situado na DIUC/PR5.

Dentro desta linha de atuação coordenamos em 2009, com apoio da Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH), o Projeto Escritório da Cidadania/Balcão de Direitos teve como principais objetivos:

a) Orientação dos direitos da cidadania, visando fornecer informações e orientações sobre direitos e deveres do cidadão, sobre a legislação que assegura esses direitos e os serviços públicos a eles relacionados. - Receber e encaminhar denúncias sobre violação dos direitos humanos;

b) Formas alternativas de equação dos conflitos, com o propósito de promover serviços para auto-composição dos conflitos interpessoais, sociais e coletivos, fomentando esta prática;

c) Assistência Sócio-Jurídica, visando oferecer atendimento sócio-jurídico junto ao público alvo através da orientação, assessoria, encaminhamento e acompanhamento de ações nas diferentes áreas do Direito, especialmente o Direito da Família, Trabalhista e Previdenciário;

d) Acesso à documentação civil básica, buscando articular ampla parceria com os órgãos responsáveis pela emissão dos documentos básicos para que se garanta a posse efetiva do documento pelo cidadão; e,facilitar o acesso aos documentos civis básicos, por meio da distribuição dos formulários necessários, da informação ao cidadão quanto aos locais e horários de funcionamento dos órgãos responsáveis, além do fornecimento da legislação específica quanto à gratuidade de alguns documentos.

Atividades de Pesquisa e formação

Foi criado um Grupo de Pesquisa "Núcleo de Pesquisa sobre Políticas de Prevenção da Violência e Acesso à Justiça" e cadastrado em 2008 no CNPQ que agregou as seguintes linhas de pesquisa: Escritório Interdisciplinar de Ações para a Cidadania: Formas Alternativas de Resolução de Conflitos, Sistemas de política criminal extra- penal e os mecanismos de controle social e Subjetividade e processos de criminalização, contando com quatorze estudantes dentre alunos de graduação e pós-graduação das áreas de direito, serviço social e psicologia e seis pesquisadores. O núcleo propõe-se a estudar as práticas sociais, jurídicas e discursivas que fundamentam os mecanismos legais e ideopolíticos da promoção dos Direitos Humanos, do Acesso à Justiça, das Políticas Criminais (Delmas-Marty) extra-penais de Prevenção da Violência, na Sociedade do Risco (U.Beck). [11]

No ano de 2009, coordenamos o Projeto Pacificar, que contou com apoio do Ministério da Justiça. Realizamos na área do ensino mais de mais de 30 encontros de supervisão para a capacitação teórica em formas alternativas de resolução de conflito, com ênfase na mediação, dos alunos pesquisadores de graduação vinculados ao projeto.

No âmbito deste projeto, foram desenvolvidas quatro pesquisas vinculadas ao tema. Foram realizadas, também, atividades de formação e capacitação de profissionais da Segurança pública em Direitos Humanos. Estas permitem fortalecer as redes de

[11] O núcleo encontra-se cadastrado no Cnpq, http://dgp.cnpq.br/buscaoperacional/detalhegrupo.jsp?grupo=0202601CLX6ENH

parcerias locais, através de cursos, oficinas e produção de material didático para a multiplicação dos resultados obtidos.

Outro projeto, sob nossa coordenação diz respeito à Revisão do Plano Estadual em Direitos Humanos do Rio de Janeiro. A PR5-NIAC através de convênio com Secretaria Estadual de Assistência Social e Direitos Humanos realizado entre os meses de março a abril as atividades pertinentes a revisão. O objetivo é a partir do subsídio fornecido pelo PNDH III, pelo atual PEDH-RJ, pelos diversos planos estaduais e nacionais existentes, pelas discussões realizadas e pelos documentos resultantes da Conferência Estadual de Direitos Humanos (2008), da Conferência Nacional de Direitos Humanos (2008), de diversas Conferências temáticas nacionais e estaduais, construir um documento base que fundamente a revisão final do PEDH-RJ que será consolidada na Conferencia Estadual dos DH do RJ em, 2011.

O processo de revisão do Plano tem como meta primordial ser amplamente democrático e participativo. Para isso, durante os oito meses destinados ao processo de revisão foram realizados quatro seminários para o debate das questões centrais do plano, com a presença de representantes da sociedade civil e do poder público.

O desenvolvimento do projeto se configura como um exercício contínuo de debate coletivo, participação popular, e discussão democrática. A reflexão crítica acerca dos limites e possibilidades dos direitos humanos se tornou ferramenta essencial e perene para a concretização do projeto.

Resultados

Nossa intervenção no NIAC, desde sua criação, tem como objetivo promover entre os alunos da UFRJ uma nova cultura sócio-jurídica, baseada na pluralidade social, no acesso à justiça e nos direitos humanos. Especialmente entre os alunos da faculdade de Direito e Serviço Social é essencial o trabalho com as formas alternativas de resolução de conflitos para repensar a atuação destas áreas e sua possibilidade como ferramenta de construção de mudança e prevenção da violência.

Através do trabalho com formas *alternativas de resolução de conflitos* nosso trabalho no NIAC objetiva encontrar alternativas pacíficas para os conflitos entre os moradores e comunidades, através da mediação comunitária buscando saídas, para o conflito, satisfatórias às partes envolvidas.

Apesar dos desafios institucionais, político e pedagógicos, nossa trajetória no NIAC vem se constituindo como possibilidade de experiência à formação dos estudantes da graduação e da pós-graduação no campo dos Direitos Humanos,

especialmente no que tange à análise da violação dos direitos, da violência interpessoal e urbana, nas suas diversidades e complexidades; análise que perpassa interna e externamente a intervenção profissional do Serviço Social, especificamente no campo do acesso à justiça e prevenção da violência.

Referências

BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. Brasília : Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República - Ministério da Educação – Ministério da Justiça, 2007.

GUINDANI, Miriam K A. Projeto Direitos da Cidadania e Promoção do Acesso à Justiça. Núcleo Interdisciplinar de Ações para a Cidadania. Edital Pibex.

GUINDANI, Miriam Krenzinger Azambuja. (org). Cartilha Nossos Direitos de Todos. Rio de Janeiro, 2008.

SILVA, M. S. M. M. e ZENAIDE, M. N. T. Plano de Ação em Educação em e para Direitos Humanos na Educação Básica. In: Direitos Humanos. Capacitação de educadores / Maria de Nazaré Tavares Zenaide, et. al. – João Pessoa : Editora Universitária/UFPB, 2008.